

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

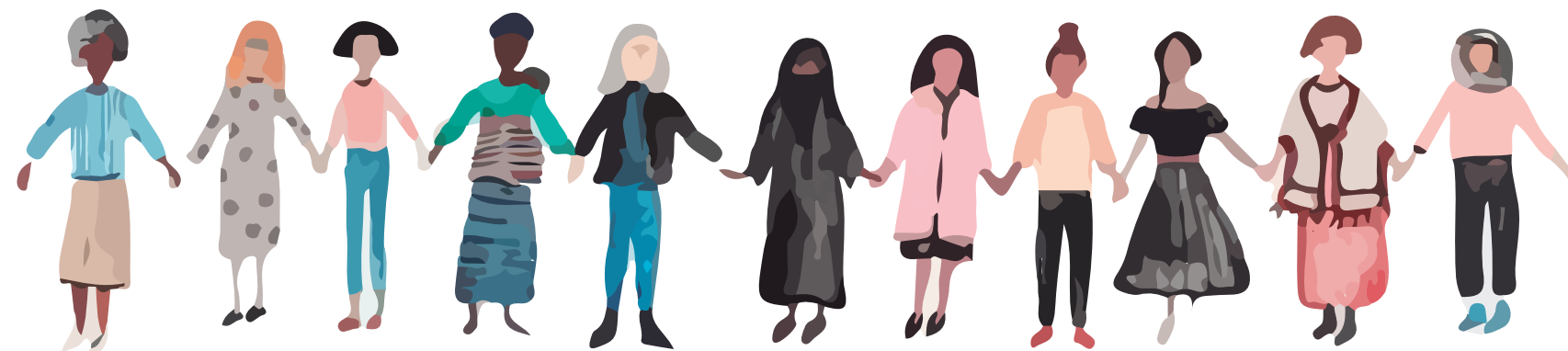
Departamento de Arquitetura e Urbanismo

CASA DE APOIO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

um espaço para recomeçar

Luana Marina Oliveira

Orientadora Profa. Dra. Maíra Longhinotti Felippe



AGRADECIMENTOS

Muito obrigada aos meus pais, Anthony e Luciana, que sempre me apoiaram.

Agradeço infinitamente aos meus avós Varina, Olavo, Maria e Hipólito, os quais ajudaram a me criar e dar todo suporte que eu precisei na vida até hoje.

Ao meu namorado, Gustavo, e amigas, Camila, Maria Eduarda e Larissa, que sempre estiveram ao meu lado.

Às minhas amigas da Arq, Graziela, Bruna, Jully, Iasmin, Bárbara e Venâncio, com quem virei incontáveis noites. Vocês fizeram com que o curso fosse mais leve e divertido.

A minha orientadora, Maíra, por me ajudar a construir esse trabalho e sempre me tranquilizar durante o processo.

1. MOTIVAÇÃO	04
2. A MULHER	
2.1 Na antiguidade	05
2.2 Nos dias atuais	07
3.0 A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	
3.1 A evolução dos direitos da mulher	09
3.2 Lei Maria da Penha	11
3.3 A violência doméstica	12
3.3.1 A violência doméstica na pandemia	14
3.4 O ciclo da violência	15
3.5 Programas de Abrigamento	16
3.5.1 Casas de passagem	
3.5.2 Casas Abrigo	
4.0 Referências Projetuais	
4.1 Abrigo para vítimas de violência doméstica	17
4.2 Casa da Mulher Brasileira	18
5.0 O terreno	19
6.0 O projeto	
6.1 Diretrizes	21
6.2 Como se dá o acolhimento	21
6.3 Programa de necessidades	21
6.4 O partido	22
6.5 Implantação	22
6.6 Planta Baixa	24
6.7 Materialidade	28

MOTIVAÇÃO

Hoje, cidade de Florianópolis possui apenas uma casa de passagem, a qual a permanência máxima é de 15 dias e com capacidade para apenas 20 mulheres. Apesar de existir todo um sistema de apoio, essas funções são espalhadas pela cidade em locais diferentes e com distâncias consideráveis.

O questionamento referente ao tema se intensificou durante a pandemia. A violência doméstica sempre foi um tema muito recorrente na internet, porém neste período de reclusão foi possível notar um grande aumento em notícias sobre esse assunto, e a pergunta ficou “Para onde essas mulheres vão quando não se tem para onde ir?”

Após entender a situação de Florianópolis, e como esse acolhimento era feito, foi-se identificado a necessidade de um local que possa concentrar diversos equipamentos de suporte, além de também contribuir com todo esse processo de recomeço, não só emocional como também de independência financeira.

2.0 A MULHER

2.1 Na antiguidade

É necessário que se volte à antiguidade para entender a trajetória da mulher e perceber na história como seu papel foi sendo inferiorizado com o passar dos séculos e também o que determinou essa mudança.

No princípio, entre os povos primitivos o sistema se moldava no matriarcado e as mulheres possuíam direitos políticos e à propriedade. Os filhos cresciam sob a influência da mãe que vivia nos acampamentos, enquanto o pai, que ainda não tinha o conhecimento do cultivo da terra, passava sua vida caçando. (OSÓRIO, 2002 apud SANTIAGO, COELHO, s.d.)

“A mulher [...] não era um ornamento social, um objeto de beleza ou brinquedo sexual, mas um robusto animal, com capacidade para realizar, durante horas, os mais rijos trabalhos e, se preciso fosse, lutar até a morte pela progênie e pelo clã” (DURANT, 1963 apud LEITE, 1994, p.24)

Nesse período a mulher que desempenhava a maior parte das funções paternas, manejando enxadas, cuidando dos jardins, confecção de cestas e vasos de barro. Com isso, o pai não era reconhecido no papel da reprodução, por não estar presente devido a caça. A aldeia também se tem origem com a mulher, formando um ninho coletivo para nutrir seus filhos (VICENTINO, 1997 apud SANTIAGO, COELHO, s.d.).

Após a criação do arado o homem começou a tomar o protagonismo e a dominar as atividades produtivas, assim surgindo o conceito da propriedade privada. Dessa forma origina as sociedades patriarcais, visto que os maridos começam a exigir a fidelidade da mulher, para que tenha filhos legítimos e sua herança seja passada para eles. (DURANT, 1963 apud LEITE, 1994)

Com o surgimento da cultura patriarcal, a mulher passa a servir como reprodutora à seu marido e tendo de obedecê-los como se fosse seu senhor. Surgindo assim punições para as esposas que não os obedecessem ou cometessem adultério.

[...] a missão da mulher, ainda no século XIX, era devotar-se, tudo aceitar e saber resignar-se, enquanto que o homem era tido, por definição, como feroz, impetuoso e transbordante de energia física e sexual (FERREIRA, 2002).

Para Biceglia (2002), toda a repressão e subordinação sofrida pelas mulheres ajudaram para que o desejo pela liberdade, crescimento profissional e pessoal crescessem, fazendo que começassem a externalizar suas vontades e exigir seu espaço na sociedade.

As mulheres começam a ganhar espaço com o início da 1ª Guerra Mundial, em 1914. Com a ida dos homens aos campos de batalha, as mulheres tiveram que tomar posições que antes nunca haviam alcançado, como trabalhando em: escritórios, comércios e serviços público (BICEGLIA, 2002). Com o fim da 2ª Guerra Mundial é publicado uma carta das Nações Unidas igualando os direitos dos homens e das mulheres.

De acordo com o Decreto nº 19.841 do ano de 1945:

[...] trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, [...] (BRASIL, 1945)

Sabe-se que esse marco não aboliu a desigualdade de gênero, porém foi uma conquista que só foi possível pela luta de muitas mulheres por seus direitos através de um movimento social que surgiu. Esse movimento busca pela igualdade dos homens e mulheres e de assegurar sua liberdade, e é denominado de feminismo. (SILVA; LIMA; MAFRA, 2015)

Figura 1. Mulheres reunidas em frente a estátua da liberdade em agosto de 1970.

Fonte: Bettmann Archive



2.2 Nos dias atuais

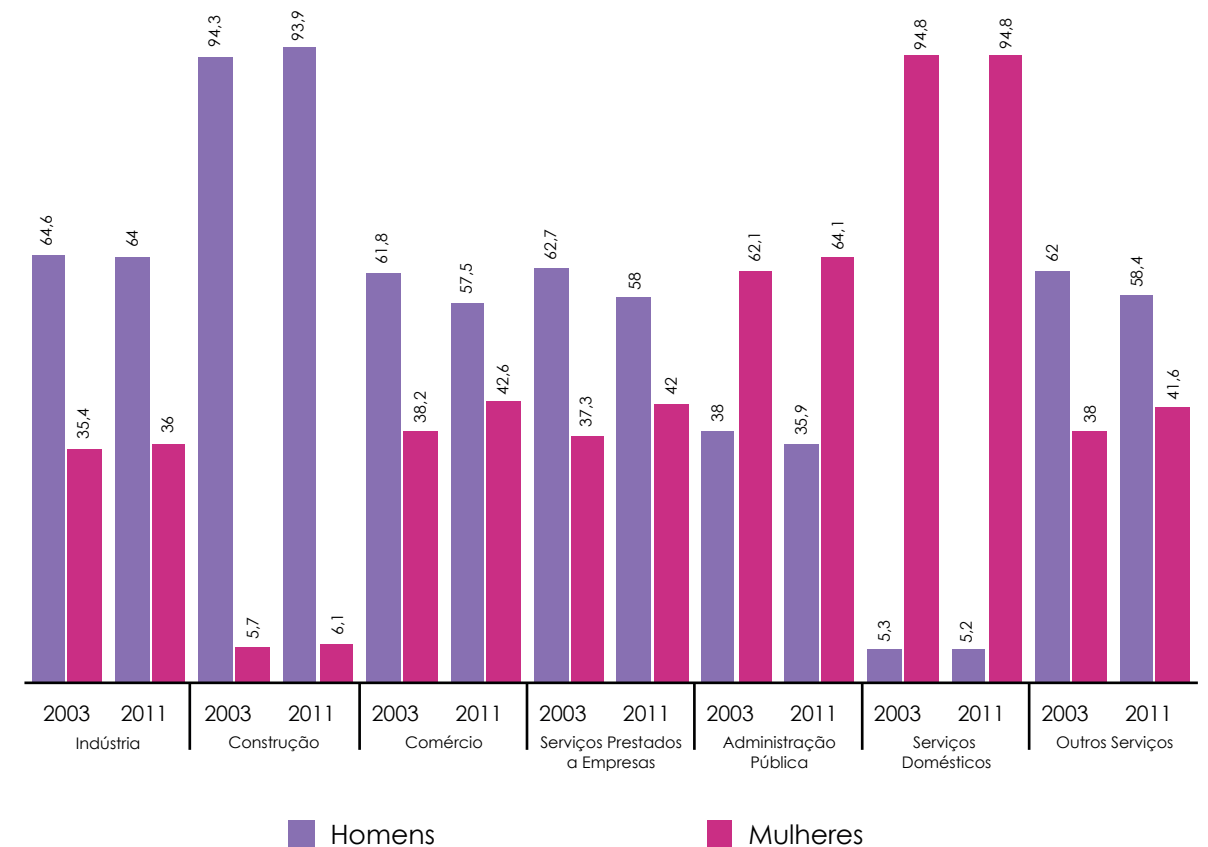
Hoje todos são iguais perante a lei, essa que diariamente é infringida. Teoricamente as mulheres alcançaram o direito a igualdade, porém ainda vemos muitos resquícios estruturais da cultura patriarcal.

Segundo Perrot (2008), mesmo nos dias atuais as atividades domésticas ainda são majoritariamente destinada às mulheres, que sentem como sua responsabilidade. O homem geralmente dispõe do papel de auxiliar nas tarefas domésticas, no entanto os afazeres deveriam ser divididos igualmente, visto que residem no mesmo ambiente.

As atividades que prevalecem ocupadas pelas mulheres geralmente abrangem as áreas humanas, sociais, setores de serviços, beleza, atividades culturais, educacionais e assistenciais. Com o passar do tempo esse cenário vem mudando, aumentando a atuação das mulheres em profissões historicamente masculinas. (BRUSCHINI, 2007 apud PERROT, 2008)

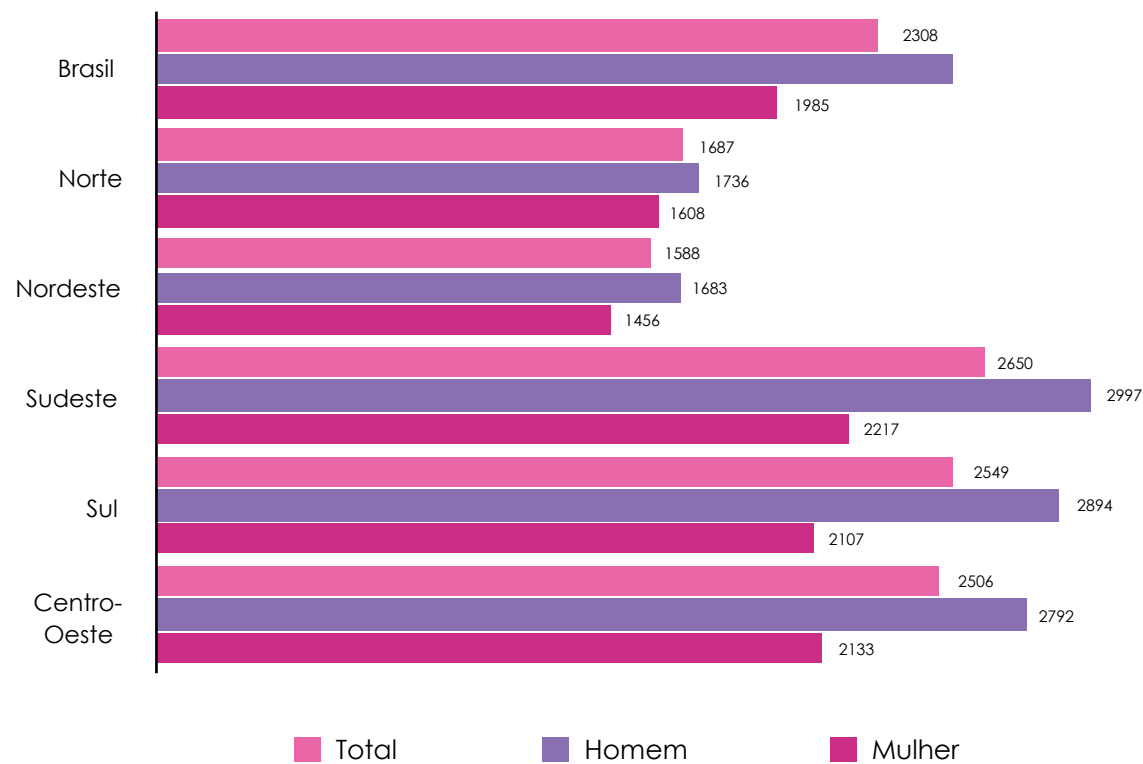
Gráfico 1. Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Emprego 2003-2011

Gráfico 1. Participação na população ocupada, por grupamentos de atividade, segundo o sexo (%) - (2003 e 2011)



A Discriminação mais sutil sofrida pelas mulheres é a desigualdade salarial, no qual não é percebida pela maioria das trabalhadoras. Ainda que essas mulheres sejam igualmente qualificadas e ocupem o mesmo cargo que os homens, seus salários são inferiores. (PERROT, 2008)

Gráfico 2. Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos, por sexo segundo as Grandes Regiões (R\$)



Essa desigualdade que perdura até os dias atuais, acredita-se que seja parte de um resultado histórico estabelecido ao longo dos anos. Fato que está diretamente ligado ao conceito de gênero construído culturalmente e não pelo sexo que é determinado pela natureza (O. R. M. SILVA, 2015). A partir da divisão entre as figuras masculinas e femininas, e a segregação feita pela anatomia de seus corpos e papéis sociais que deveriam ser desempenhados, têm-se que as vivências puderam reafirmar o conceito de gênero. (SANTIAGO, COELHO 2007)

Acredita-se que a violência é, então, o reflexo de um comportamento social aceito, porque, embora atualmente existam normas jurídicas de proteção à mulher, com severas medidas disponíveis para as autoridades estatais, ainda se percebe que em muitos segmentos comunitários encontra-se legitimada a violência contra a mulher, sob seus mais variados aspectos. Fato que continua se reproduzindo ao longo do tempo, repetindo o histórico de desrespeito e humilhação do qual a mulher vem sendo vítima desde o passado. (CARNEIRO, 2009 apud (SILVA; LIMA; MAFRA, 2015)

Mesmo que aparentemente as mulheres tenham conquistado cargos de destaque, o direito sobre seu corpo, sexualidade e vontades, há muito o que ser conquistado para realmente se alcançar a plena igualdade. (SILVA; LIMA; MAFRA, 2015)

Gráfico 2. Fonte: IBGE - Diretoria de Pesquisas - Coordenação de Trabalho e Rendimento - Pesquisa Nacional

3.0 A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

3.1 A evolução dos direitos da mulher

A cultura machista construiu um senso moral de amarras que a luta das mulheres tem tentado se libertar. Essa luta não acontece apenas pela igualdade de salários e de direitos políticos, mas também para a libertação de relações que possam ser preconceituosas. Resumidamente, a luta é pela liberdade. (PEDRO, GUEDES 2010)

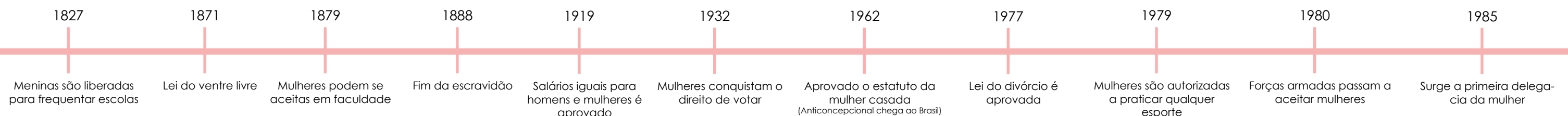
A figura feminina sempre esteve presente nas revoluções históricas lutando por seus direitos. No Brasil, quase não se têm registros desses movimentos, porém uma grande conquista em que as mulheres estavam presentes foi a luta contra a escravidão. O resultado dessa participação foi a realização de duas grandes leis assinadas pela Princesa Isabel: Lei do Ventre Livre (1871), onde eram livres todos os filhos de mulheres escravas, e a Lei Áurea (1888), que abolia a escravidão no Brasil. (BICEGLIA 2002)

Há indícios de que o contexto cultural brasileiro tenha começado a se modificar em meados do século XIX, quando a industrialização, o intenso êxodo rural e a consequente urbanização propiciaram a formação de uma conjuntura econômica na qual as mulheres precisaram ir para as ruas em busca de trabalho (SANTIAGO, COELHO 2007).

Alguns anos mais tarde, em 1932, é conquistado o direito da mulher votar, porém apenas para as solteiras, viúvas com renda própria ou mulheres casadas com a permissão do marido que detinham desse direito. Em 1934, finalmente, o voto feminino passa a ser regulamentado para mulheres de todas as rendas, origens e estado civil. (OLIVEIRA et al., 2019)

No processo para a libertação da mulher, um grande marco foi a criação do Estatuto da Mulher Casada em 1962, o qual aboliu-se diversas normas discriminatórias. Diante disso, a mulher teria o direito de trabalhar sem ter que pedir autorização ao marido, ter direito à herança, bem como o direito de pedir a guarda de seus filhos.

Na década de 1970, chamou-se atenção para muitos homicídios e agressões sofridas por mulheres provindas de seus companheiros. Nesses crimes passionais, a culpa sempre caía para vítima, enquanto o autor do crime era identificado como "vítima do amor" e acabava ficando impune. Para contornar tal situação e dar oportunidade das mulheres se desvincularem de seu cônjuge, foi aprovada no Brasil, a Lei do Divórcio no ano de 1977. (SANTIAGO, COELHO, s.d.)



Para Silva (2011), a Constituição de 1988 foi um símbolo para o grande avanço nos direitos humanos fundamentais, visto que tratou-se de um rico inventário de leis que trouxeram direitos que até então não existiam ou não estavam claras em Constituições anteriores. Com a promulgação da Constituição de 1988, obtém-se a plena igualdade jurídica entre homens e mulheres.

Uma grande conquista das mulheres foi a criação da Lei Maria da Penha - Lei nº 11.240 de 2006, trazendo direitos para as vítimas de violência doméstica. Anteriormente a sua aplicação, esse crime era tratado como de menor potencial ofensivo. A lei expõe novos entendimentos sobre o significado de violência, estas sendo: físicos, psicológicos, sexuais, patrimoniais e morais. (SILVA; LIMA; MAFRA, 2015)

Todas as conquistas legais dão-se ao papel fundamental da atuação do movimento das mulheres. Ainda que tenha-se grandes feitos, não se alcançou o fim da desigualdade de gênero. Segundo Pedro e Guedes (2010), é necessário a ampliação das Políticas Públicas voltadas para as mulheres, bem como é essencial que o Estado faça investimentos nesse setor, para que cada vez mais tenha-se avanços e a garantia de novos direitos.

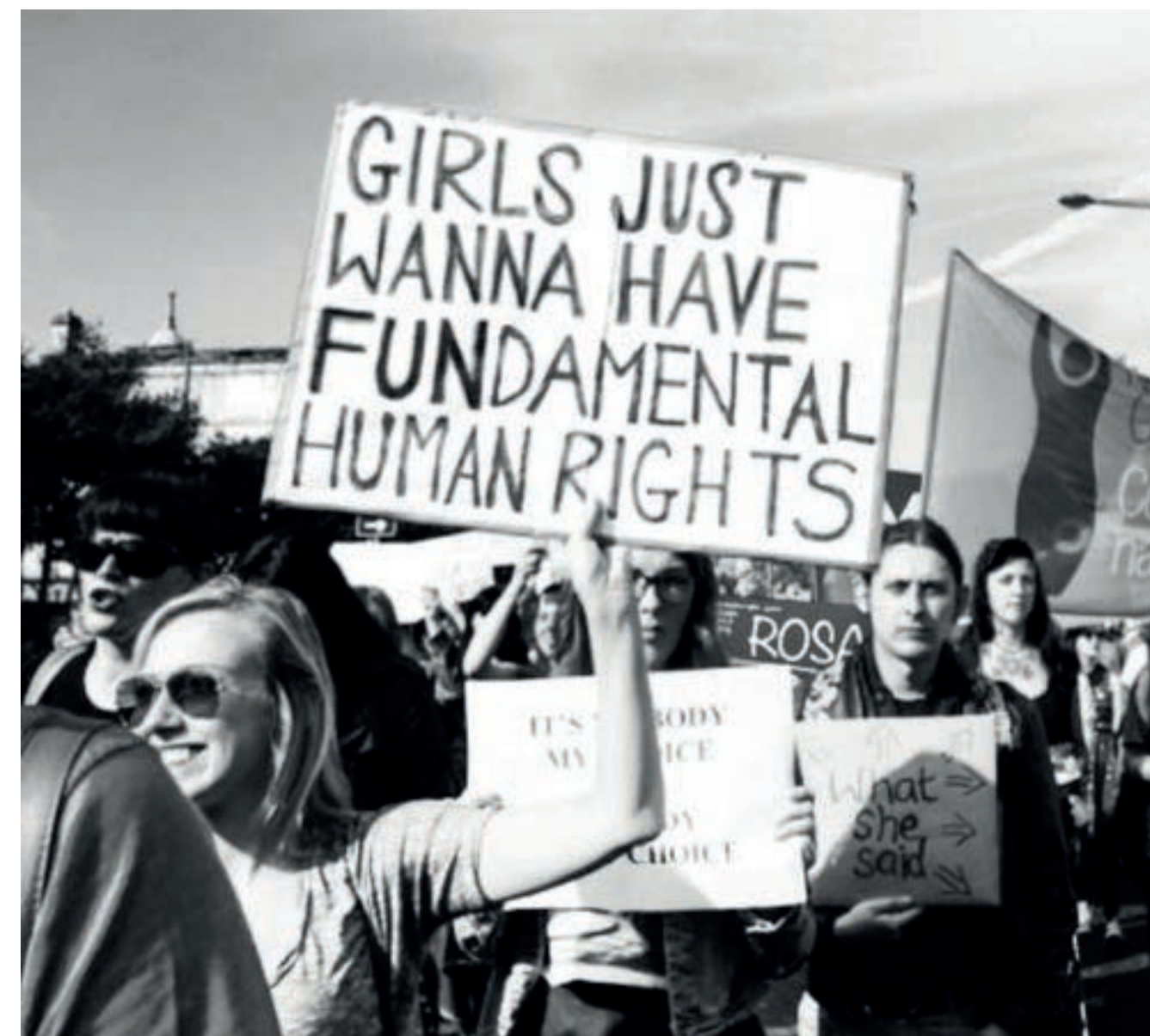
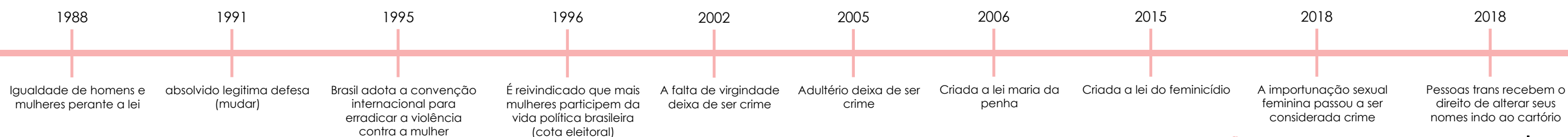


Figura 2. Mulher participa de protesto.



3.2 Lei Maria da Penha

A Lei Maria da Penha - Lei nº 11.240 de 2006, surgiu com o caso de uma farmacêutica bioquímica que se apaixonou durante o mestrado, por um homem amável, educado e solidário. Após o casamento, as agressões começaram a acontecer, até que no ano de 1983, Maria sofre uma tentativa de homicídio com um tiro nas costas enquanto dormia. Como consequência desse atentado, Maria ficou paraplégica e com traumas psicológicos, enquanto o agressor ficou impune. Assim que Maria da Penha volta para casa depois de se recuperar, sofre a segunda tentativa de assassinato, desta vez por eletrecutamento enquanto estava no banho. (PENHA, s.d.)

A justiça não estava do lado da vítima e o caso ganhou proporções internacionais, e o Estado foi responsabilizado por negligência, omissão e tolerância em relação à violência doméstica sofrida pelas mulheres. (PENHA, s.d.)

A lei surgiu da falta de medidas legais que amparassem a vítima. Dessa forma, em 2002, diversas ONGs Feministas se uniram para elaborar uma lei que protegesse os direitos humanos das mulheres e desse um fim à essa violência estrutural e cíclica. (PENHA, s.d.)

Em 7 de agosto de 2006 aconteceu um momento histórico. Foi nesse dia que a Lei nº 11.340 foi sancionada, e a referida lei leva consigo o nome de Maria da Penha como reconhecimento de toda sua luta. Todas as mulheres são amparadas pela lei e não exclusivamente em violências sofridas por seus maridos, mas toda relação de afeto se enquadra. (BRASIL, 2006)

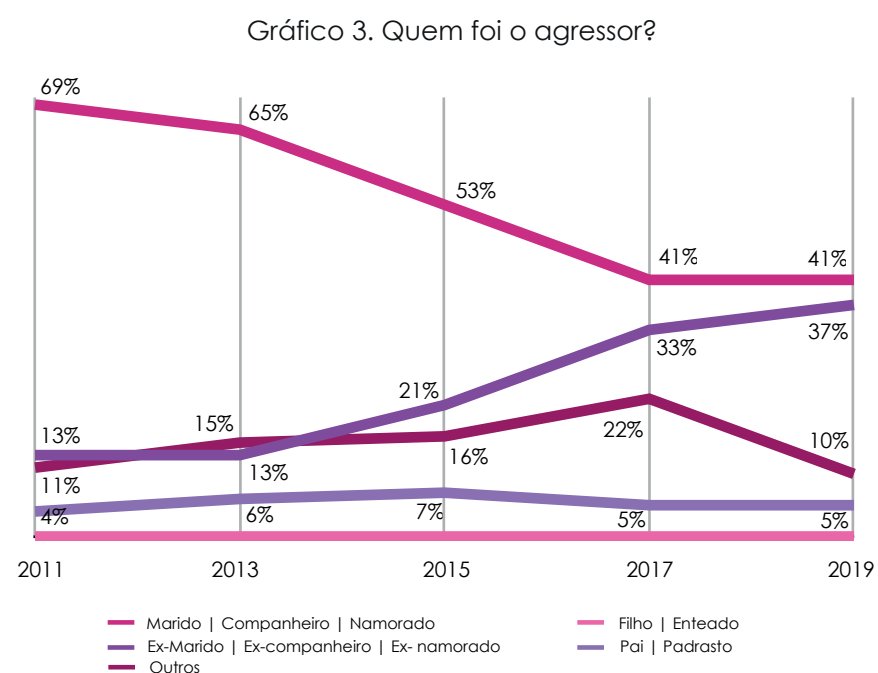
A violência doméstica passa a ser responsabilidade do Estado Brasileiro e desse modo, cria a medida protetiva de urgência, sendo uma grande inovação. Também foi previsto em lei a criação de diversos equipamentos que pudessem certificar a eficiência da lei, sendo eles: Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Casas-abrigo, Centros de Referência da Mulher e Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, entre outros. (PENHA, s.d.)

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), se estimou que a partir da aplicação da lei, teve-se uma diminuição em 10% nos casos de violência doméstica (TODA POLÍTICA, 2019). A lei se tornou referência e é classificada pela ONU como uma das três melhores leis no âmbito da violência. (SILVA; LIMA; MAFRA, 2015)

3.3 A violência doméstica

No Brasil, o Instituto Patrícia Galvão apresenta dados sobre o relatório da violência no País, e que a cada dois minutos é registrado um novo caso de violência doméstica sob a Lei Maria da Penha, passando de 700 casos por dia. A taxa de homicídios vem se alastrando com o decorrer dos anos, atualmente três mulheres, por dia, são vítimas do feminicídio.

Os agressores possuem um perfil semelhante e, na maioria dos casos, a violência provém dos próprios companheiros da vítima, seguido por seus ex-companheiros. Mulheres relatam que no momento da agressão, em 37% dos casos, o agressor estava sob efeito da bebida alcoólica. O ciúmes vem logo em seguida, com 26%, como desculpa para as agressões, e 12% são homens inconformados com o fim do relacionamento. (DATASENADO, 2019)



A violência doméstica, de acordo com a Organização Mundial da Saúde - OMS, é aquela praticada por motivo de gênero. Em diferentes etnias, crenças ou raças, as mulheres estão expostas a diversas formas de violência, tais quais: física, psicológica, patrimonial, sexual e moral.

De acordo com o art 7º, incisos I ao V da lei 11.340/06 - Lei Maria da Penha, é demonstrado a definição de cada tipo de violência doméstica contra a mulher.

Violência física: Ocorre quando alguém utiliza da força física, arma ou instrumento que possa causar danos e lesões comprometendo a integridade e saúde corporal da vítima.

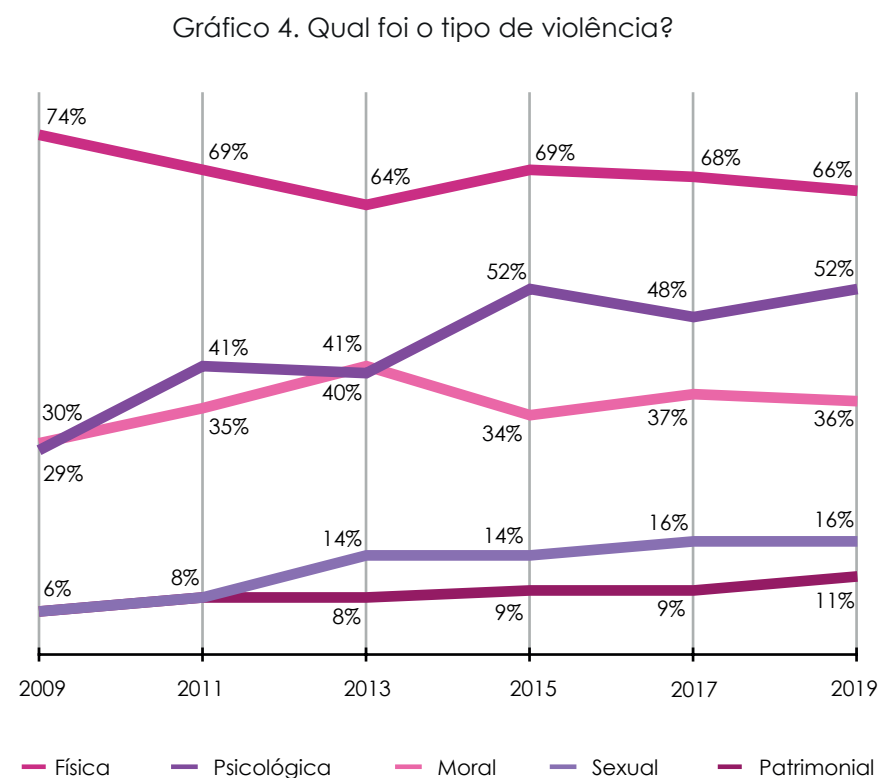
Violência psicológica: O agressor causa dano emocional e diminui a autoestima da vítima, através de humilhações, ridicularizações, ameaças, perseguições, chantagens e pode controlar suas ações e liberdade.

Violência sexual: Trata-se de obrigar a vítima a sexo sem consentimento, em troca de bens materiais, com outras pessoas. Também impedi-la do uso de contraceptivos, forçar matrimônio, gravidez ou aborto.

Violência patrimonial: Se entende quando o agressor retém, subtrai ou destrói os bens, recursos econômicos ou documentos pessoais da vítima.

Violência moral: Através de calúnias, difamação e injúria que atinjam a reputação e honra da vítima.

Conforme a pesquisa feita pela DataSenado em 2019, a violência física ainda se mostra como a mais sofrida pelas vítimas, porém pode-se notar que nos últimos anos da análise, a violência psicológica vem em uma escala crescente, como consta no gráfico:



A violência doméstica é uma questão de saúde pública, além de afetar a vítima fisicamente e psicologicamente, o País perde anualmente cerca de 10% do seu Produto Interno Bruto (PIB) em gastos em atendimentos à vítima (IBDFAM, 2011). Contudo, trata-se de um problema complexo, o qual se relaciona com a construção social do Brasil e torna-se indispensável o suporte à vítima.

Gráfico 3. Fonte: Pesquisa DataSenado 2019

Gráfico 4. Fonte: Pesquisa DataSenado 2019

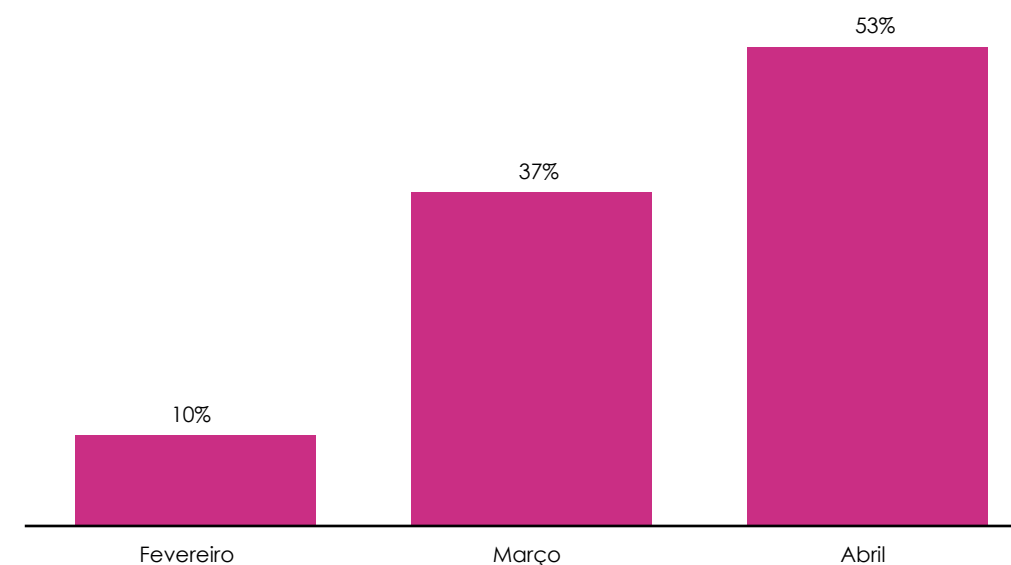
3.3.1 A violência doméstica na pandemia

Atualmente, não só o Brasil, mas como também os demais países, estão vivenciando uma situação atípica decorrente da Pandemia Mundial.

O isolamento social, apesar de ser uma medida eficiente para o combate ao coronavírus, vem trazendo consequências na vida de diversas mulheres. Devido a proximidade do parceiro e muito tempo de convivência com o agressor, as vítimas estão mais vulneráveis, e não conseguem fazer denúncias. (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020)

Essa situação gerou uma queda nos boletins de ocorrência e denúncias no 180. Para entender, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública em parceria com a empresa Decode, conseguiram através da rede social Twitter analisar postagens contendo relatos de brigas de casais vizinhos. De acordo com suas análises, houve um aumento de 431% entre fevereiro e abril de 2020, nos relatos. (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020)

Gráfico 5. Percentual de frequência dos relatos de brigas de casal no Twitter



Os dados batem com o levantamento feito nas denúncias do 190, que apontam o aumento nos registros de violência doméstica. Em São Paulo houve um aumento de 45% nessas denúncias, que também podem ser feitas por vizinhos. Outro dado que fundamenta os registros do Twitter, é o aumento de feminicídios e homicídios femininos, deixando claro que só aumentou a violência doméstica. (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020)

Gráfico 5. Fonte: Decode; Fórum Brasileiro de Segurança Pública

3.4 O ciclo da violência

O ciclo da violência foi percebido pela Psicóloga americana Lenora Walker, que identificou, através de um estudo, semelhanças nos casos de violência doméstica. Esse ciclo é um padrão que segue três fases, sendo elas: 1. Aumento de tensão; 2. Ataque violento; 3. Lua de mel (OMV, DATASENADO 2018)

A **fase de aumento de tensão** é a mais duradoura e nela está presente as agressões verbais, provocações e discussões que podem chegar até a agressões físicas leves. Nesse momento qualquer motivo pode desencadear estresses vindo do agressor, até motivos banais podem aumentar a tensão. A mulher geralmente sente-se rendida e culpa-se por tudo que está acontecendo. (OMV, DATASENADO 2018)

Quando a primeira fase chega em seu ápice acontece a **explosão**, que é a de menor duração, ela se caracteriza por agressões físicas graves. Nesse momento, a vítima geralmente não denuncia, não recorre a ajuda e novamente culpa-se pela agressão. (OMV, DATASENADO 2018)

A última fase é a **lua de mel**, também conhecida como reconciliação, na qual as atitudes do agressor mudam e ele se mostra arrependido. O agressor realiza grandes promessas de mudança e a vítima acaba acreditando que ele possa realmente mudar. Essa fase é muito importante, visto que é nesse momento que a vítima se vê feliz novamente, e sem ela perceber, o ciclo vai iniciando novamente com pequenos incidentes de agressão. (OMV, DATASENADO 2018)

O reconhecimento de se estar nesse ciclo pela vítima é muito importante, além do conhecimento de todo suporte que o Estado pode fornecer e através de seus direitos conseguir sair do relacionamento com o agressor. (AMENTEÉMARAVILHOSA, 2018)

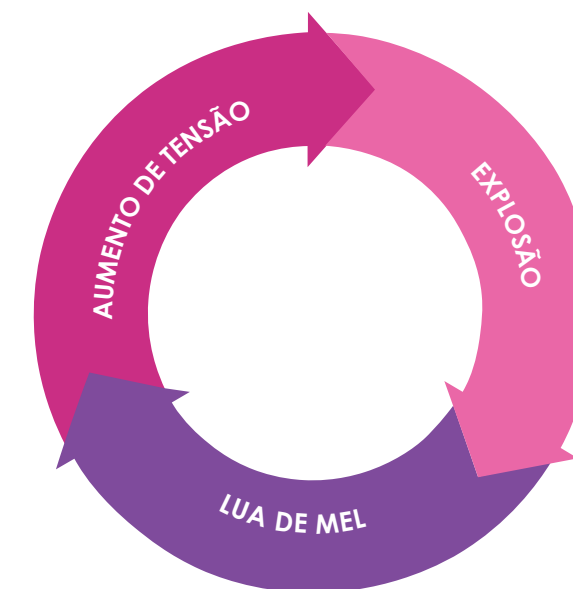


Figura 3. Ciclo da violência

3.5 Programas de Abrigamento

A Lei Maria da Penha apresenta diversos programas de assistência às vítimas de violência doméstica e dentre eles tem-se o de abrigo. Cabe aos Estados ou Municípios decidir a implementação de cada um deles em suas competências. (BRASIL, 2006)

3.5.1 Casas de passagens

As casas de passagens são uma alternativa provisória de curta duração, aproximadamente 15 dias, onde mulheres vítimas da violência doméstica e seus dependentes, podem se abrigar e sair do contato com o agressor. O atendimento não é exclusivo para vítimas de violência doméstica, acolhendo também mulheres vítimas de tráfico de pessoas e outras formas de violência. (SPM/PR, 2011)

Para esse abrigo são encaminhadas as vítimas que não correm risco iminente de morte, sendo assim o caráter é não sigiloso, na qual é mais flexível para a vítima, onde ela pode continuar suas atividades cotidianas, assim trabalhando, estudando e mantendo o contato social com a família e amigos. (SPM/PR, 2011)

O serviço da casa de passagem tem como atribuição garantir a integridade física e emocional das mulheres e realizar o diagnóstico da situação da mulher para encaminhamentos necessários. (SPM/PR, 2011)

3.5.2 Casas Abrigo

Esse modelo tem a função de fornecer acolhimento temporário, onde as vítimas podem permanecer por um tempo maior e de acordo com a sua necessidade. Os dependentes das vítimas, menores de idade, também podem ser abrigados. (SPM/PR, 2011)

As casas abrigo têm caráter sigiloso e são para mulheres vítimas de violência doméstica que possuem risco de morte ou sofreram grave ameaça. Faz parte do serviço também garantir a integridade física e emocional das mulheres e auxiliar no processo de reorganização da vida das mulheres e no resgate da sua autoestima. (SPM/PR, 2011)

Uma grande questão sobre esse tipo de abrigo é ao fato de se enquadrar como sigiloso não necessariamente garante a segurança do local. A segurança deve ser assegurada de outras formas pois o endereço em algum momento pode vazar. Sendo assim é uma questão que deve ser discutida essa obrigatoriedade. (SPM/PR, 2011)

4.0 REFERÊNCIAS PROJETAIS

4.1 Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica

O projeto está localizado em Tel Aviv - Israel e foi concluído em 2018. Foi liderado pela ativista Ruth Rasnic, a qual é ativista dos direitos humanos e do grupo "No To Violence" em parceria com os arquitetos locais Jacobs Yaniv, e a Amos Goldreich, a qual possui sede em Londres. A instalação tem 1 600 metros quadrados e tem o objetivo de fornecer refúgio para mulheres e crianças em situação de violência doméstica. (IBRAHIM, 2019)

Conforme a World Health Organisation, as mulheres de Israel e outros países do Oeste, 45% serão vítimas de violência doméstica em algum momento de sua vida, o que reforça a importância desse projeto. (IBRAHIM, 2019)



Figura 4. Fonte: Archidaily

Figura 5. Fonte: Archidaily

Esse projeto de abrigo foi o primeiro que teve participação da equipe que iria ocupar e gerenciar o abrigo no planejamento. Como partido o arquiteto usou a analogia de uma pedra escavada, a qual seu exterior tem uma superfície bruta e rígida contrastando com seu interior, sendo liso e delicado. Dessa maneira, o edifício traz tratamento diferente em suas fachadas, enquanto as exteriores garantem a segurança e sigilo, o interior se abre para um jardim interno. (IBRAHIM, 2019)

O programa é bem vasto e contempla diversas funções, contendo áreas comuns, cozinha e refeitório, lavanderia coletiva, sala de informática, jardim de infância, apartamentos independentes para cada família, administração e acomodação para funcionários. O pátio interno é o coração do projeto e desempenha um papel fundamental para a convivência das pessoas que vivem ali. (IBRAHIM, 2019)

Área de abrigo temporário	13 Quartos 08 Banheiros 01 Depósito
Área de lazer	01 Sala de Tv 01 Jardim central 01 Playground
Área de educação	01 Sala de aula 01 Sala de atendimento 02 Banheiro
Atendimento as vítimas	07 Escritórios 01 Enfermaria 02 Banheiro 01 Sala de Reunião 01 Copa
Refeitório	01 Hall de jantar 01 Cozinha 02 Depósito



4.2 Casa da Mulher Brasileira

A casa da mulher brasileira surgiu através do programa “Mulher: Viver sem Violência” e integra os equipamentos voltados à mulher em situação de violência. (PMVSV, s.d.)



O programa contempla o atendimento completo à vítima, sem necessidade de deslocamento. O local oferece suporte na área da saúde, justiça, segurança, assistência social, além de subsídios para aulas e cursos profissionalizantes que permitem a autonomia financeira da vítima. O projeto também foi feito para ser implantado em cada capital, adequando-se facilmente às condições do local. (PMVSV, s.d.)

Brasília foi a segunda cidade que implantou a Casa da Mulher Brasileira, a qual fica localizada próxima ao eixo rodoviário, no setor de Grandes Áreas Norte. Essa região é central e cumpre o requisito de ser facilmente acessível. (PMVSV, s.d.)

A instalação possui uma área construída de 3668,69 metros quadrados e reúne no local a Delegacia de Atendimento à Mulher, Tribunal de Justiça, Ministério Público, área de acolhimento, brinquedoteca. O pátio central é um local seguro para a permanência das vítimas e todos os módulos do edifício estão voltados para ele. (PMVSV, s.d.)

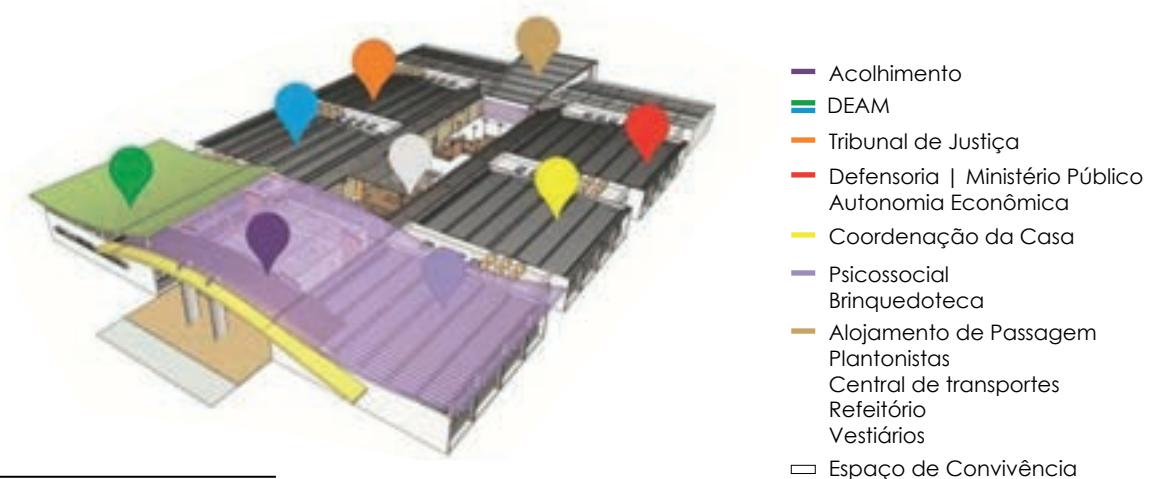


Figura 6. Fonte: gov.br

Figura 7. Fonte: gov.br

Figura 8. Fonte: gov.br

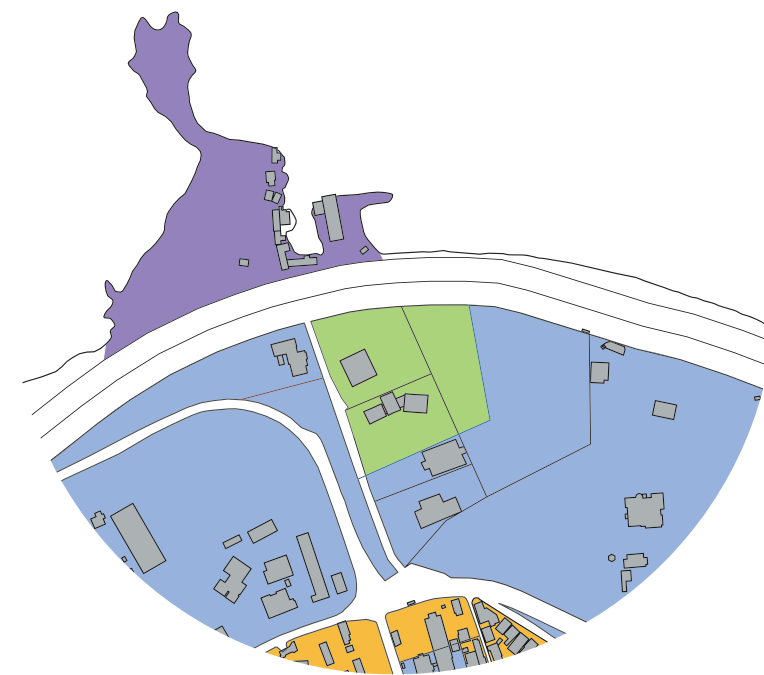
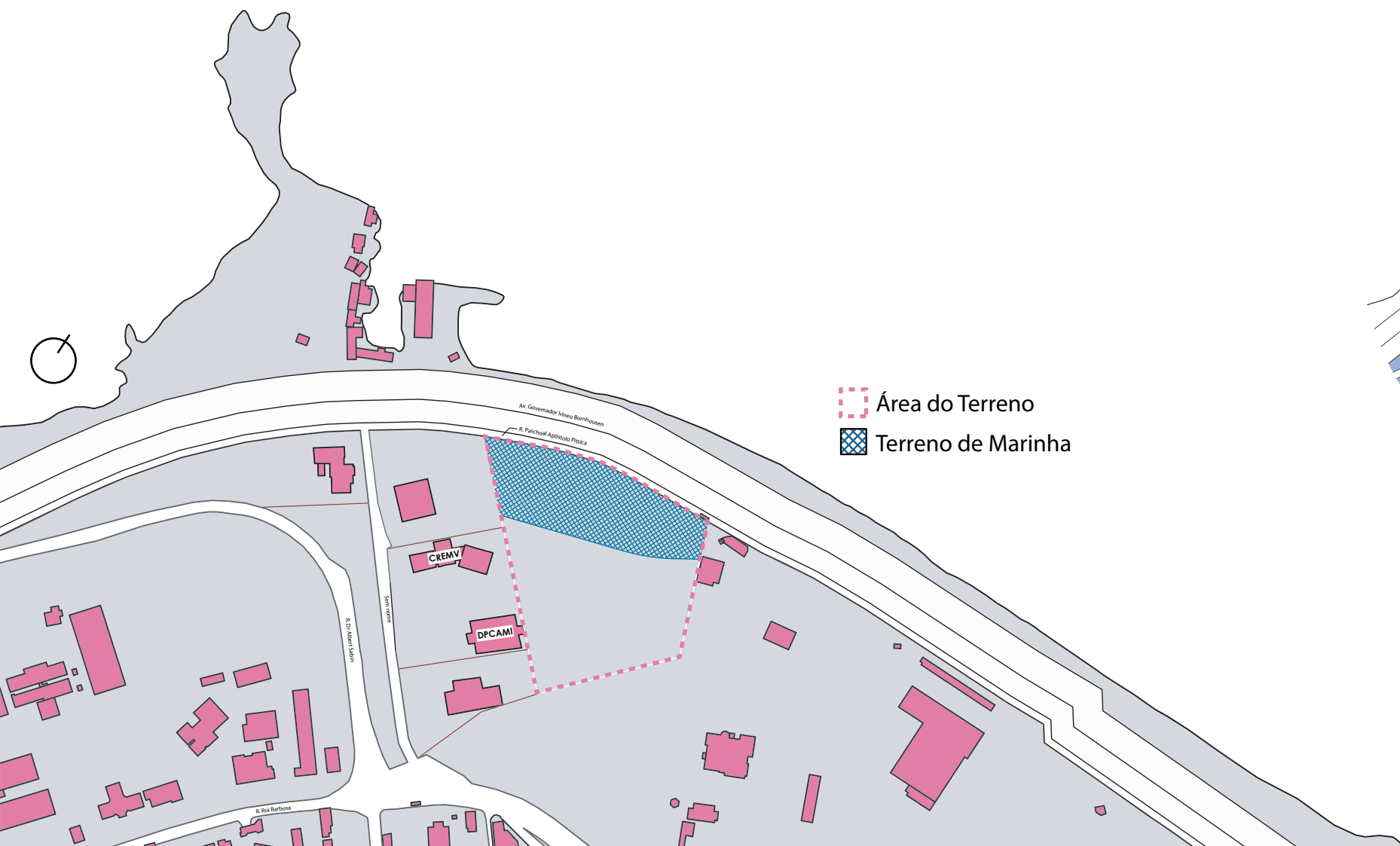
5.0 O TERRENO

O terreno fica localizado no bairro da Agrônômica, em Florianópolis. Por se tratar de uma região central, o entorno engloba diversos equipamentos para suporte do projeto, tendo escolas, hospitais e sendo de fácil acesso. Porém, a localização da Delegacia da Mulher e o CREMV - Centro de Referência de Atendimento à mulher em Situação de Violência, foi fundamental para a decisão do local.

A intenção é que, os equipamentos já existentes possam servir também como complemento à casa abrigo, e concentrar em um só lugar todo o suporte necessário às vítimas.

O acesso ao terreno é apenas pela Beira Mar Norte, na Rua Paschoal Apóstolo Pítsica e conta com uma área de 17.000m², sendo que 7.000m² é terreno de marinha.

Grande parte do terreno se enquadra como ACI - Área Comunitária Institucional, e de acordo com o Plano Diretor de Florianópolis, não há índices específicos nessas áreas, sendo definidas por estudo específico feito pelo IPUF - Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis ou então pelos zoneamentos adjacentes. O lote também possui uma pequena área em AVL - Área Verde de Lazer.



- Área Comunitária Institucional
- Área Verde de Lazer
- Área Turística de Lazer
- Área Residencial Mista



A região em que o terreno se encontra possui todo suporte necessário às necessidades que as vítimas e dependentes possam ter, e também se estendem à proposta de acolhimento do projeto. Em um raio de poucos metros de distância há existência de centros de saúde, como o Hospital Infantil e o centro de saúde agrônômica, bem como há Escola Estadual Pe. Anchieta e o NEIM Irmão Celso.

Tratando-se de uma região central, o acesso é facilitado tanto para carros quanto para os ônibus, que contam com várias linhas e os pontos de ônibus localizados logo no início da rua. Para se chegar ao projeto, o trajeto será feito através da rua sem nome e terá uma entrada entre os equipamentos existentes.

Figura 9. Fonte: google earth

6.0 O PROJETO

6.1 Diretrizes

- Proporcionar um ambiente seguro e acolhedor para as vítimas;
- Espaço que ofereça um recomeço proporcionando autonomia e restauração psicológica;
- Projetar ambientes que garantam acessibilidade a pessoas com deficiência;
- Assegurar a privacidade das vítimas com ambientes introspectivos para respeitar suas necessidades;
- Proporcionar ambientes coletivos que incentivem a atividade em grupo;
- Trazer a característica de refúgio do meio urbano;
- Procurar gerar o menor impacto possível na vegetação existente e manter toda a região do terreno de marinha sem intervenção para ter uma barreira da beira mar;

6.2 Como se dá o acolhimento

O contato da vítima com a casa abrigo não é direto, elas são encaminhadas para que possam residir no local. Esse encaminhamento é feito através de uma triagem realizada por assistentes sociais e psicólogos que analisam o caso e a vulnerabilidade das mulheres, encaminhando-as para o local mais adequado. As análises podem ser feitas pelas Delegacias, Ministério Público, unidades da Justiça, Centros de Referência e Centro de Saúde.

Para o projeto, como já mencionado, no mesmo local se tem um núcleo de apoio contendo a Delegacia da Mulher e o CREMV - Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, prestando suporte e fazendo o encaminhamento. O CREMV também complementa a função dando suporte às vítimas que não são encaminhadas à casa abrigo, tendo atendimento social, psicológico e orientação jurídica.

6.3 Programa de necessidades

O programa de necessidades foi desenvolvido com base nas referências projetuais e analisando setores que já existem nessas instituições, também foi acrescentado outras funções que poderiam proporcionar o melhor bem-estar das vítimas.

RECEPÇÃO

Recepção
Triagem
Banheiro

ADMINISTRAÇÃO

Secretaria
Sala de reunião
Copa
Vestiário

EDUCATIVO

Sala para oficinas
Sala de aula
Laboratório de informática
Biblioteca
Creche

ASSISTENCIAL

Sala de atendimento assistência social
Sala de atendimento psicológico
Sala de atendimento em grupo
Auditório

CONVÍVIO

Cozinha
Refeitório
Lavanderia
Sala de TV
Playground

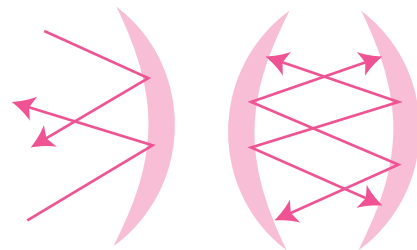
HABITAÇÃO

Apartamento familiar
Apartamento acessível

6.4 O partido

Para definição do projeto foi utilizado o conceito de côncavo e convexo. A grande questão da proposta era deixar bem definida a parte privada e pública, mantendo a privacidade das vítimas. Portanto, através desse conceito, a parte pública repele toda a parte privada ao mesmo tempo que se mostra convidativa ao exterior.

Toda área privada se volta para o seu centro, integrando-se e criando uma conexão entre os blocos, os quais possuem livre acesso entre si.



6.5 Implantação

A definição dos blocos foi elaborada com o propósito de manter a privacidade, o controle do abrigo e a transição entre o público e privado. Tornando a circulação das vítimas mais livre e limitando o acesso do público e funcionários.

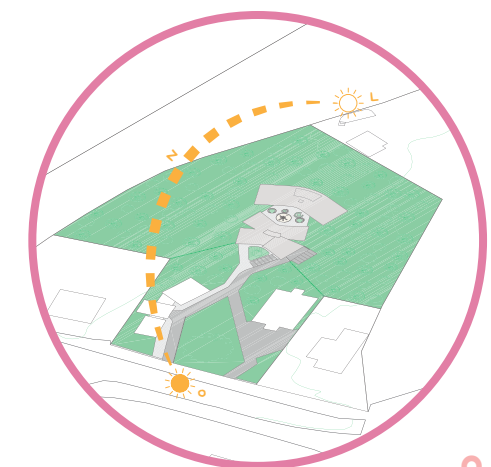
O acesso do público ao projeto é restrito, o qual ocorre apenas pelo bloco da recepção (1), para os funcionários é possível também acessar pela lateral do edifício, que possui uma entrada de automóveis, pensada também para o transporte das vítimas de forma reservada.

Foi necessário fazer um fechamento do terreno para garantir a segurança do interior, e com o intuito de gerar um menor impacto foi pensado em um muro coberto de vegetação que se camuflasse entre as árvores existentes.

Os blocos (1) e (2) possuem ligação interna, e os blocos (2) e (3) dispõem de uma maior área de interação entre eles, conectando-se através de um pátio interno que direciona as áreas de acesso.

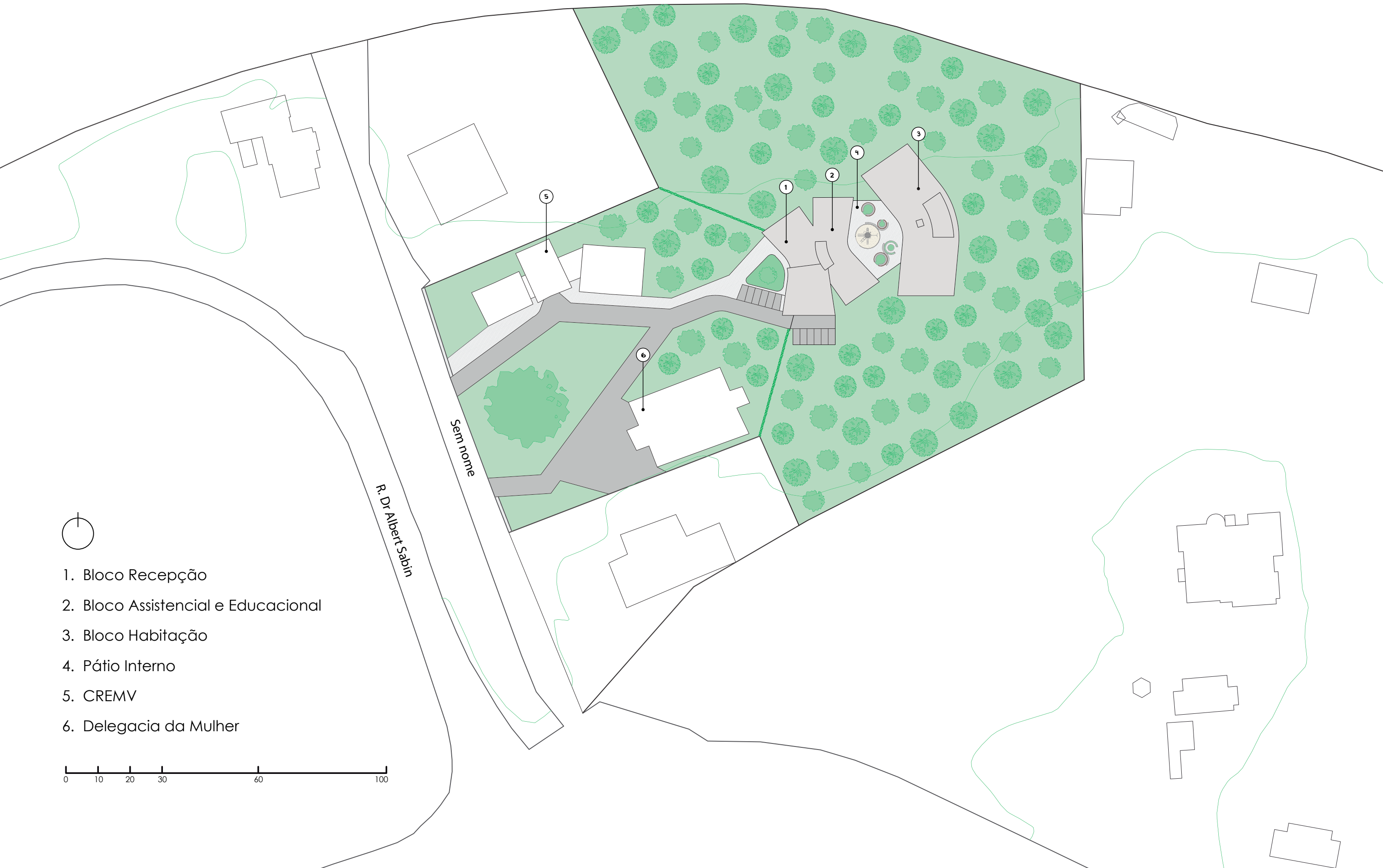
O terreno possui uma boa insolação e ventilação, não tendo edificações vizinhas que gerem impactos. Os ventos predominantes são Norte e Nordeste, e o vento Sul, que geralmente incomoda, fica na orientação mais alta do terreno, sendo barrado.

O edifício da habitação é a parte mais exposta dos blocos em relação à altura, portanto se optou por orientar as fachadas dos quartos voltados para o Leste, que recebe o sol da manhã, e o Oeste, que possui a barreira natural das árvores ajudando para que não tenha uma incidência direta.



IMPLANTAÇÃO

R. Paschoal Apóstolo Pítsica



Sem nome

R. Dr Albert Sabin



- 1. Bloco Recepção
- 2. Bloco Assistencial e Educacional
- 3. Bloco Habitação
- 4. Pátio Interno
- 5. CREMV
- 6. Delegacia da Mulher



6.6 Planta baixa

As decisões de planta foram tomadas, principalmente, pensando nos fluxos e circulações do projeto, visto que no bloco 1 se tem funções públicas e os demais não devem ser percebidos por essa parte.

Para separar os diferentes públicos que o bloco 1 tem como alvo, foi-se pensado em duas entradas principais. A primeira, em evidência, destinada às vítimas que chegam para a triagem e para entrada na casa abrigo. Já a segunda é dirigida ao auditório que, internamente, não possui ligação com outras funções do edifício, exceto por uma passagem de funcionários.

As mulheres que chegam a casa abrigo passam pela recepção e depois são chamadas para uma triagem, nesse local são definidos todos os encaminhamentos necessários e cronograma de atividades dentro do projeto. Após a triagem, a saída se dá pela área de transição entre os blocos 1 e 2, sendo a única passagem de ligação entre os blocos.

As diferentes funções que o bloco 1 atende é dividida pela área administrativa e suporte para os funcionários, assim controlando os fluxos e separando as atividades.

O bloco 2 foi dividido em área assistencial e educacional e no seu centro fica localizado a creche com um fraldário de suporte. A passagem para os usos é distinta por se tratar de uma função mais ativa (educacional) e outra que é de suporte emocional, visto que a vítima chega a casa abrigo, ela está mais vulnerável e introspectiva.

O bloco 2 se abre para o pátio interno, tendo em frente a creche um playground, áreas de estar e uma horta. Para que todas as mulheres pudessem aproveitar desse espaço e ficar ao ar livre, foram criados "casulos" que podem ser ocupados para desfrutar do ambiente sem se sentir exposta ou vista pelos blocos.

Todas as funções de uso comum foram concentradas no térreo do bloco 3, sendo elas o refeitório, cozinha, lavanderia e depósito de limpeza. Pelo cálculo de usuários do edifício foi necessário prever uma escada protegida e logo em sua frente um elevador para acessibilidade. Os pilotis livres podem ser usados por atividades de grupo, exposição interna de trabalhos, atividades físicas e qualquer demanda que for preciso.

Os quartos da casa abrigo ficaram concentrados no primeiro e segundo pavimento do bloco 3, os quais mantêm mais privacidade e sem circulações desnecessárias para essa função. Ao centro do bloco, encontra-se a circulação vertical e uma sala de tv.

As tipologias dos quartos são divididas em dois, os quartos familiares e os acessíveis. Os quartos acessíveis são orientados ao lado da circulação vertical, assim não precisam de um grande deslocamento, e os demais ficam nas pontas do edifício. A planta dos quartos se deslocam criando um dinamismo e quebrando a monotonia de um corredor longo e reto.



BLOCO 1

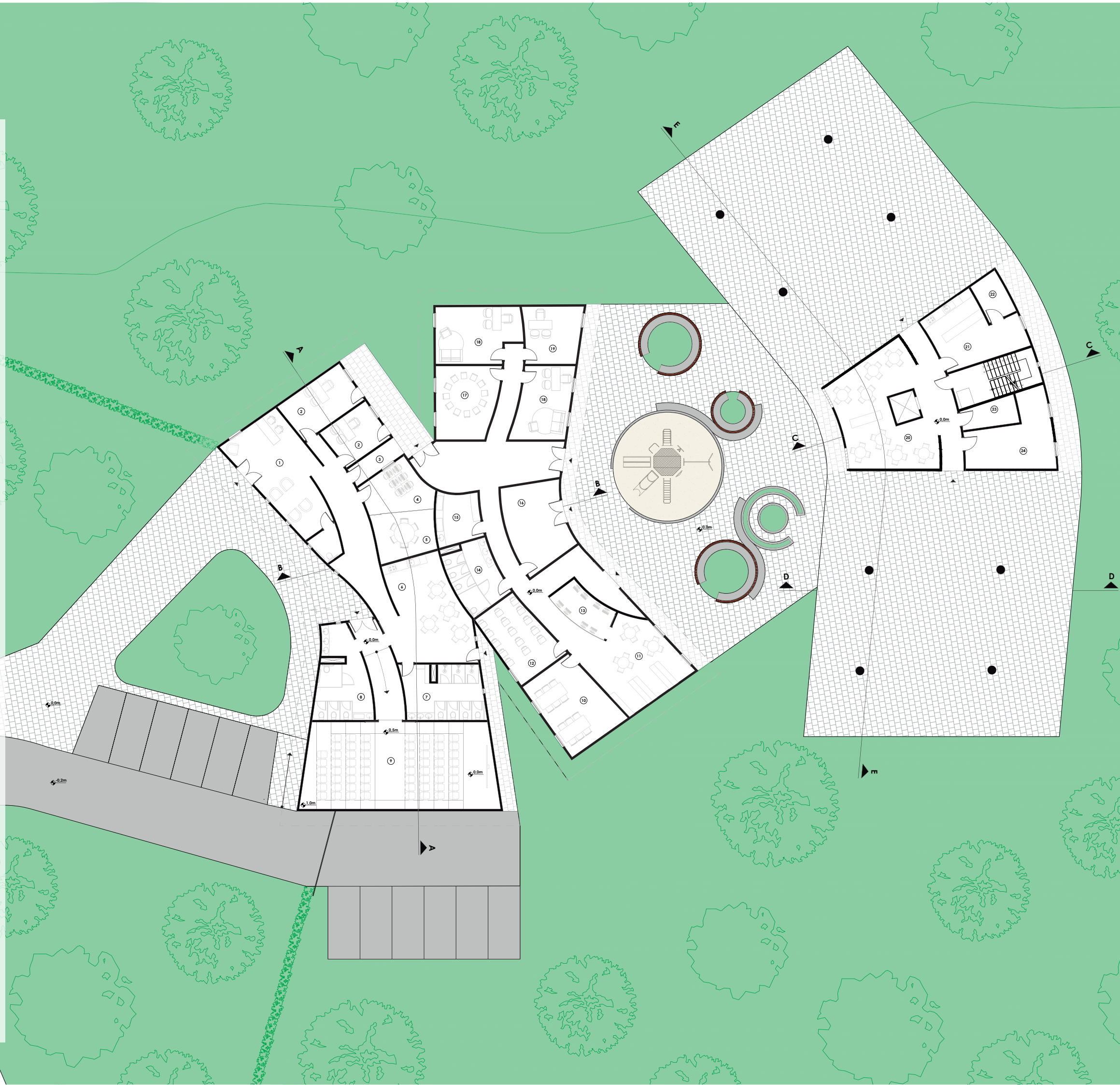
1. Recepção
2. Salas de triagem
3. Acesso de funcionários ao bloco 2
4. Administração da Casa Abrigo
5. Sala de Reunião
6. Copa e refeitório
7. Vestiário
8. Banheiro com fraldário
9. Auditório

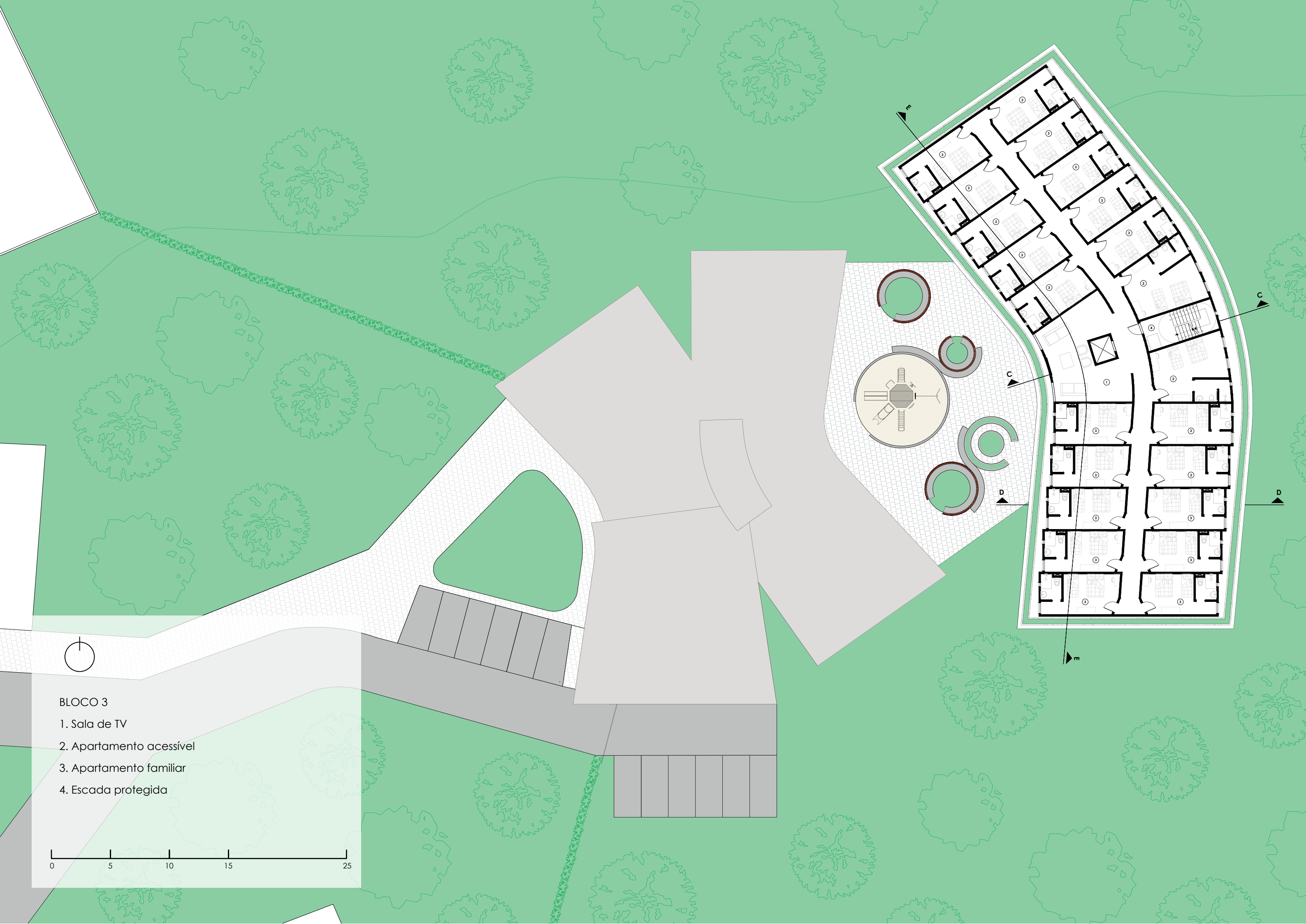
BLOCO 2

10. Sala de oficinas
11. Biblioteca
12. Sala de aula
13. Sala de informática
14. Banheiro
15. Fraldário
16. Creche
17. Sala de atendimento em grupo
18. Sala de atendimento psicológico
19. Sala de assistência social

BLOCO 3

20. Refeitório
21. Cozinha
22. Depósito de alimentos
23. Depósito de limpeza
24. Lavanderia

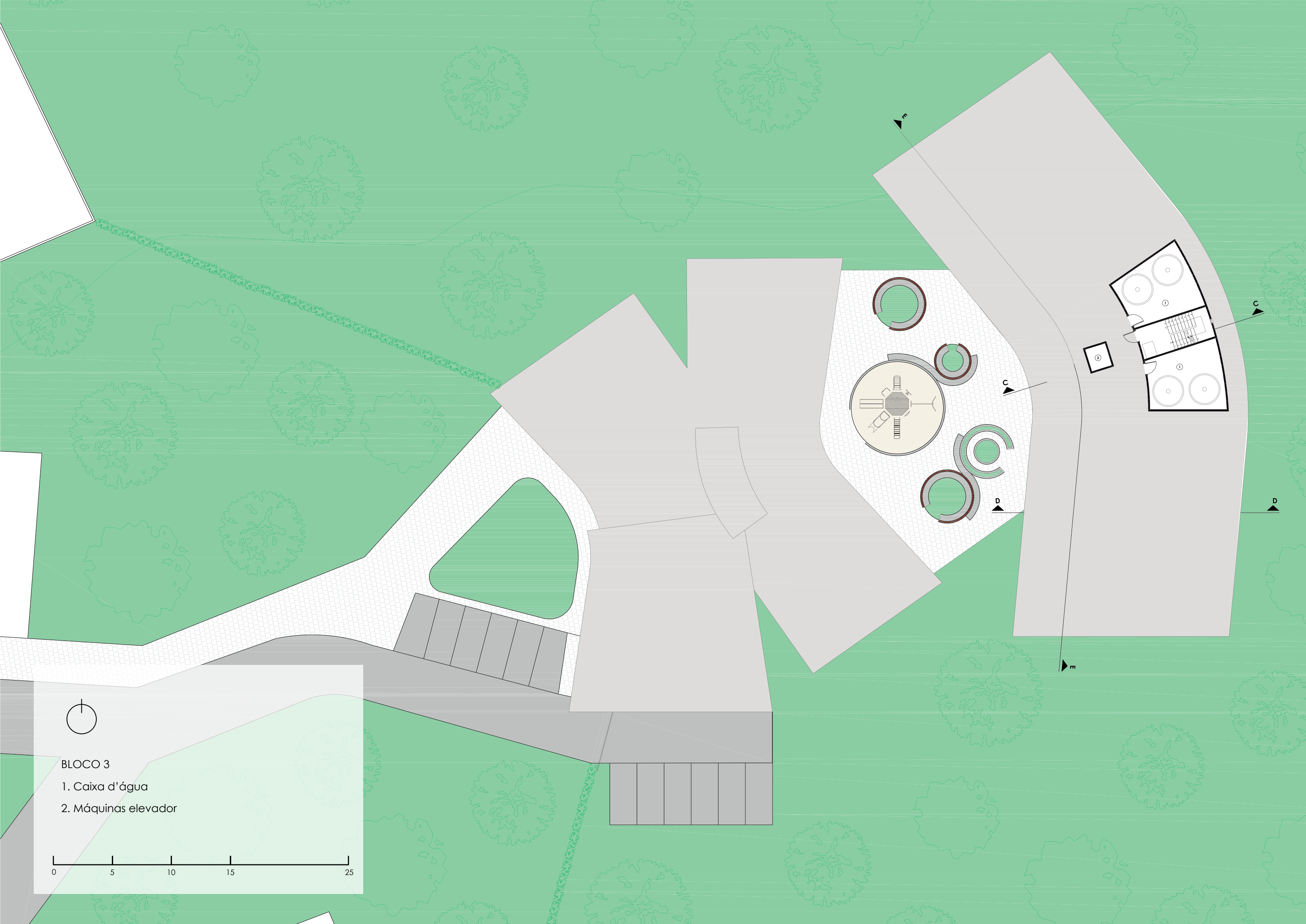




BLOCO 3

- 1. Sala de TV
- 2. Apartamento acessível
- 3. Apartamento familiar
- 4. Escada protegida





BLOCO 3

- 1. Caixa d'água
- 2. Máquinas elevador



6.7 Materialidade

Para viabilizar o desenho arquitetônico complexo com curvas foi necessário utilizar técnicas que fossem moldadas in loco. Sendo assim, a laje nervurada foi a escolha, principalmente por conseguir vencer grandes vãos que acabaram sendo necessários para resolver a malha de pilares de concreto armado.

A escolha de materiais e fechamentos foi levada em consideração a fácil manutenção, portanto foi escolhido a utilização do concreto aparente e tijolo maciço vermelho. Os tijolos são ótimos isolantes térmicos e foram colocados em regiões que recebem maior incidência solar e em paredes cega.

Cores sóbrias, principalmente o branco, foi a principal escolha para o interior dos edifícios, e as cores claras instigam a tranquilidade além de contribuir para iluminação dos ambientes. Para os pisos, o amadeirado colabora com a proposta proporcionando mais acolhimento ao espaço.



